

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

RAFAEL EDSON CARDOSO

A RECENTE LITERATURA INDÍGENA: A HISTÓRIA QUE NÃO NOS
CONTARAM.

PORTO ALEGRE

2011

RAFAEL EDSON CARDOSO

**A RECENTE LITERATURA INDÍGENA: A HISTÓRIA QUE NÃO NOS
CONTARAM**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciado
em Letras, pelo Curso de Letras da
Universidade Federal do Rio Grande
do Sul.**

“No Brasil, todo mundo é índio, exceto
quem não é.”
Eduardo Viveiros de Castro

AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre esteve ao meu lado nos momentos bons e ruins desta caminhada.

Aos meus pais, Pedro e Clotilde, pelos quais tenho amor incondicional, por terem me ajudado em todos os momentos e pelos exemplos de caráter que fizeram eu me tornar o homem que sou hoje.

Aos meus irmãos André e Fernando Cardoso, simplesmente por estarem presentes em todos os momentos da minha vida.

Ao meu irmão Fábio Cardoso, por ser um exemplo de determinação e humildade e por ter me apoiado nos momentos bons e ruins durante a concretização deste sonho.

Ao Marcos Collet (in memoriam), por ter sido o primeiro incentivador deste projeto e por ter me feito entender que a amizade, o amor, e o carinho transcendem a barreira do físico e do inteligível.

À minha amiga Carina Taborda, que me ensinou o verdadeiro sentido da palavra “amizade” e pelo apoio e “ombro amigo” que sempre esteve presente em todos os momentos que precisei.

Ao meu amigo André Schneider, pelas horas de incentivo e por ter me ensinado que desistir não é opção.

Aos colegas do IGEO-UFRGS: Elton Campanaro, Edison Saturnino, Daniel Moraes e Carolina Torcato, pela compreensão daqueles dias de atraso ou ausência que tiveram que ocorrer para que eu pudesse concretizar este sonho, e por me mostrarem que um colega de trabalho pode ser, também, um bom amigo.

À minha orientadora, professora Ana Tettamanzy, incentivadora deste projeto e por ter me ensinado que um educador, antes de qualquer coisa, precisa ser “humano”.

RESUMO

Este trabalho apresenta a recente Literatura indígena que vem tomando forma no Brasil. Essa Literatura não possui escola ou modelo, pois vem sendo criada pelos índios e proporcionando uma nova maneira de pensar Literatura. Kaká Werá traz todo o relato da história de seus antepassados e uma crítica aos valores da sociedade acerca dos indígenas no Brasil em sua narrativa *Todas as vezes que dissemos adeus* (2002). Alberto Mussa, em *Meu destino é ser onça* (2009), faz um resgate dos mitos indígenas por meio dos relatos dos viajantes que por aqui estiveram na época do descobrimento. O currículo escolar brasileiro é tradicional e não abre espaço para a diversidade. A Literatura indígena é importante nesse aspecto, pois abre espaço para um ensino Intercultural e para o resgate da verdadeira história da colonização brasileira.

Palavras-chave: Indígenas; Literatura Indígena; Educação; Interculturalismo.

ABSTRACT

This paper presents the recent indigenous literature that has been taking shape in Brazil. This literature is not based on education at a school and does not have a model; it has been created by the Indians and means a new way of thinking about literature. Kaka Werá (2002) writes a report of the whole history of his ancestors and criticizes society's values about the Indians of Brazil in his narrative *Todas as vezes que dissemos adeus*. Alberto Mussa, em *Meu destino é ser onça* (1999) brings back the indigenous myths through the report of travelers who came to Brazil at the time it was discovered. The disciplines currently taught in Brazilian schools follow a traditional fashion that leaves no room for diversity. The indigenous literature is important in this sense, since it opens space for Intercultural education and the rescue of the true story of the colonization of Brazil.

Keywords: Indigenous peoples; Indigenous Literature; Education; Interculturalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. VISÕES SOBRE O INDÍGENA	12
1.1 O olhar do outro no início da colonização.....	12
1.2 O indígena, esse “nosso contemporâneo”	13
1.3. O surgimento da Literatura Indígena.....	15
2. Meu destino é ser onça: pesquisa e invenção de um autor não indígena.....	20
3. Kaká Werá – Todas as vezes que dissemos adeus: a diferença da literatura indígena	24
4. Por uma educação intercultural.....	29
CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS	35

INTRODUÇÃO

“Quem descobre é também descoberto”. Assim, Boaventura de Souza Santos define o processo de colonização, em *A gramática do tempo* (2006). Desde o meu tempo de aluno curioso e ingênuo do ensino fundamental, ficava intrigado com aquela figura que, de vez em quando, era lembrada em sala de aula, mais precisamente no dia 19 de abril, dia do índio. Aquele desenho que era entregue pela professora para colorir, trazia uma figura estranha, com seu cocar, seu arco e flecha. Onde habitava aquela criatura estranha aos meus olhos? Eu não me lembro de algum dia ter visto alguém vestindo cocar e portando arco e flecha nas mãos, tampouco ter ouvido resposta a esse questionamento, pois também não me lembro de alguma vez ter feito essa pergunta ou ouvido alguma coisa sobre cultura indígena em sala de aula. Essa imagem de selvagem que eu tinha do índio me acompanhou até a Universidade.

No Ensino Superior tive contato com outras leituras, obviamente não presentes nos livros didáticos. Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil? E os índios que aqui habitavam as terras, o que fizeram quando chegaram aqui, senão descobrir as terras também? Como serei educador, pretendo mudar essa realidade, quero que meus alunos tenham outra visão do índio e que não o vejam como um selvagem, mas sim como um ser humano, que, apesar de ser diferente, merece ter sua cultura e identidade respeitadas. Conforme aponta Alberto Mussa, em *Meu destino é ser onça*, os índios já habitavam essas terras há pelo menos 11 mil anos. Por que os livros didáticos ainda ensinam a história do Brasil a partir de 1500? Apesar de terem se passado quase cinco séculos, o índio ainda é visto com um ser selvagem e inferior no Brasil.

As fronteiras do mundo capitalista e globalizado do século XXI criaram um paradoxo. Ao mesmo tempo em que as fronteiras diminuem, aumenta mais a distância entre os povos, pois os choques culturais provocam sempre a opressão daquele que é considerado inferior. No caso dos índios, temos toda uma realidade caracterizada por séculos de dominação do branco, ocorrendo assim o extermínio, bem como a usurpação de sua cultura e identidade. Vivemos uma época caracterizada pelo interculturalismo,

mas isso não significa que estejamos abertos a aceitar o que é “diferente”. Ao mesmo tempo em que os povos procuram externar suas identidades, cresce o preconceito daqueles que não aceitam a mudança do *status quo* de dominação.

O outro parece não ter o direito à escolha, à liberdade. Esses direitos, apesar de estarem consolidados em leis e defendidos pela Organização das Nações Unidas, são negados pelos próprios órgãos que teriam o dever de resguardá-los. A Organização das Nações Unidas, apesar de ser um Órgão Governamental de busca da paz e bem-estar social e mundial, parece favorecer ações que buscam o contrário, pois vem patrocinando guerras e não parece estar preocupada com a questão da África. Crianças somalis são devoradas por hienas e leões enquanto caminham semanas sob sol a pino buscando ajuda humanitária no Quênia. Onde está a Organização das Nações Unidas que deixa isso acontecer? Sabe-se que no momento está apoiando a guerra na Líbia, assim como vem apoiando outras guerras nos últimos anos.

A questão importante é levar para o ensino essas questões sobre a globalização e a preservação das identidades indígenas para criarmos uma sociedade mais fraterna. Uma sociedade plural precisa ter um currículo plural, para que não se perpetue o ensino da cultura “hegemonicamente masculina, branca, heterossexual e cristã” (LOURO, p. 85) defendida e trabalhada pelas escolas. As crianças e jovens precisam estudar, ouvir os relatos desses povos e entender toda a questão de dominação, injustiça e desigualdade que se perpetua na sociedade. O extermínio dos índios pode não acontecer mais de forma atroz como houve na época do descobrimento, mas eles continuam morrendo porque não têm espaço na sociedade.

O processo de colonização iniciou no séc. XIV, mas essas terras já eram habitadas há milhares de anos. Como não há registros escritos da presença desses habitantes, talvez por isso a história prefira ignorar. Os poucos textos que falam dos índios do séc. XVI são os escritos pelos viajantes. Os relatos de viagem de Hans Staden e Jean de Léry são muito relevantes e importantes como registro histórico, mas é a visão do “outro” sobre os índios e não se sabe até que ponto o que eles falam nas cartas é verdade, exagero ou pura invenção. A literatura indianista de José de Alencar, ao tentar “civilizar” o índio, retratando-o como o herói, caracterizando-o com virtudes como

força, coragem e nobreza, não ajudou a melhorar a imagem do índio no Brasil, como bem demonstra o trecho de “O Guarani”, ao retratar o jovem Peri, como herói:

Era Peri. Altivo, nobre, radiante de coragem invencível e do sublime heroísmo de que já dera tantos exemplos, o índio se apresentava só em face de duzentos inimigos fortes e sequiosos de vingança (...) Então encostou-se a uma lasca de pedra que descansava sobre uma ondulação do terreno e preparou-se para o combate monstruoso de um só homem contra duzentos. (ALENCAR, 2000, p. 390)

Neste trabalho pretendo mostrar a importância do ensino da literatura indígena na escola para preservar sua identidade e cultura e também para a formação de todos os alunos, pois acredito que só o contato com a cultura e a identidade indígena pode transformar os educandos em cidadãos conscientes da importância de valorizar o nosso patrimônio cultural indígena. Há uma literatura indígena incipiente e que é de grande valia no trabalho sobre os indígenas.

Pretendo analisar o texto de Kaká Werá em *Todas as vezes que dissemos adeus* (2004),¹ bem como os mitos indígenas relatados por Alberto Mussa em *Meu destino é ser onça*² –. O objetivo principal é abordar a importância do ensino da cultura indígena nas escolas para a preservação identitária. Para dar conta desse objetivo, organizei o trabalho da seguinte forma. No capítulo 1 – visões sobre o indígena, faço uma síntese sobre a visão do indígena nos relatos de literatura de viagem da época do descobrimento, bem como da época do romantismo e encerro fazendo um pequeno parâmetro sobre a visão do outro sobre os indígenas nos dias atuais. No Capítulo 2 – Meu destino é ser onça, pesquisa e invenção de um autor não-indígena, apresento o livro de Alberto Mussa, em que ele faz um resgate dos mitos indígenas por meio dos relatos dos viajantes. Alberto Mussa juntou um quebra-cabeças e conseguiu montar um narrativa que conta os mitos indígenas tupinambá desde muito antes da colonização. No capítulo 3, intitulado Kaká Werá, *Todas as vezes que dissemos adeus* – a diferença da Literatura indígena, apresento o livro do indígena Kaká Werá, que conta a sua história e

¹ Kaká nasceu na cidade de São Paulo. Seus pais pertenciam aos povos Kaitité (pai) e Kaxixó (mãe). Eram trabalhadores rurais de Minas Gerais e foram para São Paulo, nos anos sessenta, em uma aldeia guarani. Devido a uma luta por demarcação de terras, Kaká engajou-se na luta pela busca dos direitos indígenas. Seu livro *todas as vezes que dissemos adeus* é uma narrativa em que conta boa parte de sua história e de sua família.

² Alberto Mussa é um escritor carioca que vem escrevendo desde 1997. Não possui ascendência indígena (pelo que se sabe) e escreveu cinco livros. Todos eles com algo em comum: são livros que falam de culturas antigas. O livro *Meu destino é ser onça* é fruto de um trabalho minucioso de pesquisa sobre os relatos dos viajantes que estiveram aqui durante o descobrimento.

de seus antepassados por meio de uma narrativa. Seus relatos, por vezes, mostram uma denúncia irônica dos valores nefastos de nossa sociedade. No capítulo 4 – Por uma educação Intercultural – faço uma reflexão sobre o currículo educacional brasileiro e a importância de levarmos para as salas de aula os debates sobre nossa cultura indígena. Por fim, faço uma conclusão do trabalho em considerações finais.

1. VISÕES SOBRE O INDÍGENA

1.1 O olhar do outro no início da colonização

Nas Literaturas de viagens dos séc. XVI e XVII são vários os relatos dos viajantes sobre a terra descoberta. Pero Vaz de Caminha, na carta enviada ao rei Don Manuel quando do descobrimento, já mostrava sua visão do índio:

Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram. (In: <http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/contudo/perovazcaminha/carta.htm>, 2011)

Pero Vaz ainda não faria uma descrição tão selvagem quanto à feita pelo viajante Hans Staden. Esse descreveu os rituais antropofágicos dos índios, o que causou espanto na sociedade européia do século XVI e a meu ver fez com que a visão do índio nos relatos fosse as piores possíveis. Embora haja algo de “selvagem” e mesmo “grotesco” na questão do canibalismo, outras leituras foram feitas sobre esses relatos antropofágicos. Cristian Verardi, em sua monografia intitulada “Intervenções antropofágicas em três contos de Humberto Campos” mostra que o canibalismo estava presente na história muito antes dos relatos dos viajantes:

O deus Cronos, um dos gigantes conhecidos como Titãs, ao ser prevenido de que um dos seus filhos usurparia seu poder, devorou cinco deles. Sua esposa e também irmã, Réa, escondeu da fúria paranóica do pai o sexto filho, chamado Zeus. Crescido forte e determinado sob a proteção da mãe, Zeus enfrentou o progenitor, fazendo com que bebesse uma substância emética e vomitasse os cinco filhos devorados, que magicamente foram restituídos à vida sem apresentar qualquer dano do período que passaram no estômago do próprio pai. (VERARDI, 2009, p. 12)

Até nos mitos gregos temos a história da antropofagia. Embora seja realmente algo grotesco a devoração da carne humana, o ritual tem um sentido simbólico, pois os índios devoravam aqueles que eram corajosos, e acreditavam que comendo-os estariam

adquirindo sua coragem. O olhar do branco sobre outros povos sempre teve como modelo a visão eurocentrista, ou seja, tudo era comparado com os costumes e hábitos dos europeus. No caso do descobrimento do Brasil, temos toda uma população de índios que viviam nus e tinham seus próprios hábitos e culturas. Conforme defende Maria Leonor Buescu:

Existem, portanto, pressupostos irrecusáveis, o exótico é o diferente e é também diferente do fabuloso, do mítico e do fantástico, porque, infixado no real. Pressupõe uma certa atitude mental, uma sensibilidade particular no contexto de uma viagem ou de uma permanência num alures alheio, ao recolher vivências e imagens recorrentes; ao modelar o colectivo (sic) através de um registro diferencial, sujeito, em maior ou menor grau, a uma manipulação artística dos dados da realidade; ao permitir, até, uma deriva escatológica aparentada com a utopia. Exotismo será também a contrapartida do etnocentrismo, na medida em que faz funcionar, como categoria tutelar, o distanciamento espacial, social, cultural, antropológico, estético, fazendo, todavia também funcionar mecanismos de apropriação. Será, então, uma “estética do diverso”. (BUESCU, p.565-578)

O exotismo, para Buescu, é o diferente. A visão etnocêntrica confrontava-se com o exótico, no Ocidente e no Oriente. Enquanto os indígenas eram os seres inferiores, porque andavam nus e não mantinham certos hábitos ditos “civilizados”, a China já era um país com contraste diferente. Os viajantes ficavam perplexos com a educação, com os costumes do povo chinês, que, por ser uma civilização mais antiga que a européia, era considerada superior. Essa é a estética do diverso, perceber-se no espelho em comparação com o outro.

A visão do índio nos relatos feitos no Brasil será, via de regra, confrontada com a do branco colonizador. Duas culturas, dois mundos separados por línguas e hábitos diferentes.

1.2 O indígena, esse “nosso contemporâneo”

O índio no Brasil ainda é “objeto de estudo” de alguns historiadores e lingüistas. Material sobre cultura e identidade indígenas são poucos e, muitas vezes, feitos sem conhecimento empírico, pois os historiadores buscam informações de órgãos governamentais e escritos de outros historiadores. A imprensa brasileira não parece preocupada em estudar com profundidade as diversas tribos indígenas existentes no Brasil. Conforme relata Marco Uchoa, em “A temática indígena na escola”:

Apesar do interesse da mídia pelos índios nos últimos 25 anos, o que se informa, e, portanto, o que se “consome” sobre o assunto, são fatos fragmentados, histórias superficiais e imagens genéricas, enormemente empobrecedoras da realidade. A coisa mais comum de se ler ou ouvir na imprensa são notícias com o nome das “tribos” trocado, grafado ou pronunciado de maneira aleatória. Não raro um determinado povo indígena é associado a locais que nunca viveu, ou ainda, a imagens que, na verdade, são de outro povo indígena. (UCHOA, 2004, p.536)

O noticiário também se presta a promover a desigualdade e a promoção daquele que detém o poder. Novelas, minisséries e seriados sempre mostram histórias de gente vivendo uma realidade de uma minoria da população brasileira. Quando pobres ou negros aparecem nas novelas, geralmente estão em papéis de domésticos, a serviço dos brancos. Quando um negro ocupa um papel que “deveria” ser ocupado por um branco, é normal a imprensa relatar o “fato histórico”, como aconteceu com Taís Araujo, ao interpretar uma protagonista em novela da Rede Globo de televisão. O índio, coitado, sequer tem aparição na mídia, seja em novelas, ou seriados.

Apesar de vivermos em um país miscigenado, com uma população majoritária de negros e índios, o preconceito perdura, Ana Tettamanzy, no artigo intitulado “De Hans Staden a Machado de Assis, o outro sob o signo da devoração” caracteriza esse preconceito como “doença social”, ao analisar o conto pai contra mãe:

O igual devora seu semelhante – pai contra mãe – para que seu rebento sobreviva, sem perceber que a herança escravocrata estava calcada no mais fundo de si. Num futuro breve, poderia ser o filho do caçador a vítima do relativismo moral que permite que o pior seja tolerável e, na luta animalésca, o mais forte vença. Evolucionismo renitente, atraso atávico que inocula o germe da indiferença no tecido social brasileiro, conforme a leitura sugerida a partir do relato machadiano. (TETTAMANZY, 2005, p. 277).

Ou seja, somos “o outro” para os índios, pois, apesar de vivermos no mesmo país, ainda vemos os habitantes mais antigos dessas terras com indiferença.

A visão do selvagem, do ser inferior, pode não ser exteriorizada pelos órgãos governamentais, mas é essa visão que persiste nos dias atuais. Senão, por que ainda teríamos, em pleno século XXI, projetos de “desenvolvimento” em que não se preservam os interesses indígenas? Durante 200 anos, os jesuítas estiveram presentes no Brasil, tentando cristianizar os índios de todas as formas, para que pudessem “livrar-se dos pecados.”. Engana-se quem pensa que isso não perdura nos dias atuais. Marco

Uchoa afirma que missionários de 53 organizações religiosas atuam na Amazônia sem autorização para tal, e relata que vários missionários “proíbem rituais e fazem pressão para que os índios se convertam ao Deus branco”. (2004) Tentar impor uma verdade que não é a deles, a meu ver, é tentar apagar sua cultura e sua identidade.

O índio tem espaço na escola apenas no dia 21 de abril, em comemoração ao seu dia. Mas a tarefa de vestir as crianças com cocares e fazer brincadeiras imitando rituais hipotéticos e envolvendo danças em volta da fogueira não contribui para se trabalhar a questão indígena, muito antes pelo contrário, prejudica. Como a escola se omite, os cidadãos brasileiros saem da escola sem perceber a enorme injustiça que se comete nos dias atuais com os povos indígenas.

A FUNAI (Fundação Nacional do Índio) deveria ser a instituição responsável pelo resguardo dos interesses indígenas, mas, o que mais vemos são projetos de desenvolvimento que prejudicam os índios e contribuem para o extermínio “implícito” das aldeias. No momento, há um grande projeto de construção da Usina de Belo Monte, que obrigará a retirada de centenas de famílias indígenas das terras que serão alagadas para a sua construção. A obra custará mais de 30 bilhões.

A FUNAI, que deveria ser contrária ao projeto, já afirmou publicamente que é favorável à construção da usina. Os índios do Pará alegaram que não foram consultados nenhuma vez pela FUNAI, ou seja, o que se vê é uma instituição mais preocupada em proteger os interesses governistas do que dos índios.

Acredito que a educação é a única maneira de formar, no mínimo, cidadãos conscientes dessa realidade e, assim, tentar ajudar a ínfima população indígena (que vivem em tribos) que ainda resta no Brasil. Estima-se que seja menos de 500.000.

1.3. O surgimento da Literatura Indígena

Este trabalho tem por objetivo trabalhar a questão da visão do índio por meio da educação. O objetivo primário desse trabalho era pensar propostas de ensino de

Literatura na escola, como meio de formar cidadãos conscientes da realidade do índio no Brasil. Conforme fui escrevendo, me deparei com uma questão: eu não posso pensar a escola para “os brancos” somente, porque assim, eu já estaria discriminando e deixando de lado toda uma preocupação educacional que já existe entre os índios para preservar a sua identidade.

Maria Inês Almeida, em *Desocidentada*, e *Os livros da floresta* mostra o trabalho que vem sendo feito nas tribos indígenas do Brasil para tentar resgatar suas memórias e pensar a educação do índio na “cultura branca”, sem que os mesmos percam suas identidades. O relato da índia Anátyo Pataxó, abaixo, demonstra o esforço para pensar a Literatura como forma de preservar a identidade:

A nossa escola é diferenciada, a gente tendo em mente qual cidadão queremos formar, a partir daí temos a decisão de qual pesquisa deve ser feita. Durante os trabalhos na escola, eu achei importante escrever a história do meu povo que nunca havia sido escrita – eu nunca tinha visto um livro que falasse do meu povo. A nossa escola está ligada ao cosmos, ao mundo animal, ao mundo vegetal. Isto é que faz meu povo Pataxó buscar esta sabedoria através dos antepassados – pessoas que têm a alma do que é ser índio. Para se pensar uma escola, tem que ter aquele caminho de estudar, desenvolver uma pesquisa. Os mais velhos são os nossos livros, os livros de fora ajudam, mas, os importantes são os velhos. Temos aí os heróis que morreram pela pátria, tornaram-se heróis, mas, aqui, também tem. Só que ninguém nunca viu um herói indígena, não está no livro dos brancos. (ALMEIDA, 2009, p. 72)

Muito interessante o relato da índia Kanátyo, é claro deve haver heróis indígenas, índios, caciques que são lembrados por sua bravura, coragem, defesa de seu povo. Acho de extrema importância buscar esses relatos e começar a imprimir a história indígena na cultura brasileira. Esse trabalho de “buscar a voz indígena para a grande tribo do mundo moderno” (JECUPÉ, 2002) será de grande valia para as próximas gerações. A escrita, para os índios, nunca foi instrumento de transmissão de sua história, pois sempre utilizaram da oralidade para contá-las. Pensar nisso é de extrema relevância para que seja possível uma educação voltada para o conhecimento dessa Literatura incipiente, conforme afirma Almeida:

Está acontecendo, neste momento, desde a reforma constitucional de 1988, a revelação, com direito a ampliação colorida, de algumas camadas da sociedade brasileira (negros e índios), das quais o público leitor só pressentia a existência dos índios a partir dos negativos de cientistas sociais, antropólogos e lingüistas – especialistas que escreviam para especialistas. Os índios, objeto dessa escrita acadêmica, tornam-se sujeitos, graças

sobretudo à reintrodução da escola em suas vidas, agora num contexto mais democrático. (ALMEIDA,2004, p. 197)

Maria Inês de Almeida faz o seguinte questionamento:

A floresta toda. Será que agora a ouviremos? Num tempo de globalização, preocupação em demasia com dinheiro, sucesso, a literatura indígena pode ajudar a resgatar o ser da floresta que existe em casa um de nós. Estamos aptos a enxergar e escutar as vozes dos passarinhos, as cores do verde, as muitas qualidades das onças, tantos tamanhos macacos? É para isso que os índios estão escrevendo, desenhando e aprendendo a fazer lindos livros. (ALMEIDA, 2009, p. 93).

Acredito que esse trabalho que vem sendo feito com os índios é de extrema valia para a nossa história, para que eles mesmos possam contar, com suas experiências, seus relatos a história vivida por eles e seus antepassados. Eles enfrentam muitas dificuldades para conseguir imprimir essa história, conforme aponta Almeida:

Por que alguns rapazes e algumas moças que vivem nas aldeias enfrentam estradas ruins, cidades grandes, distância dos parentes, saudades da aldeia, olhares curiosos de “brancos”, caras fechadas de autoridades, tudo para se “formarem” e criarem “escola indígena”. Depois de alguns anos lecionando literatura para esses jovens indígenas, arriscaria uma resposta: teimosia. Teimar: “manter a força de uma deriva e de uma espera”. É por teimosia que os povos indígenas sobrevivem e fazem escola. Então, a escola indígena vai sutilmente dando ao sistema escolar brasileiro uma orientação nova, no sentido de sua pré-história, do retorno ao antes da colonização.” (ALMEIDA,2009.p.77)

Os textos criados pelos índios não são de difícil entendimento, ou seja, podem ser trabalhados em séries iniciais do ensino fundamental. Alguns textos, além de contar histórias dos antepassados, das florestas e alguns mitos, também fazem, assim como a literatura africana, denúncia das injustiças que sofrem e sofreram por séculos, conforme demonstra o texto escrito por Amilson de Souza, da aldeia indígena de Ponta Alegre:

Que saudade da vida/É uma pena para quem/Separa seus dias/Para isso tudo/O que refletir será deste mundo/Se apenas seres racionais e irracionais/Pairassem nesse mundo/Seria um paraíso!/Infelizmente,/pairam também/nesse mundo/seres destruidores/que não querem ver/na sua frente/uma vida feliz e tranqüila/e quando veem/dão pontapés/Manchas de lágrimas/E de sangue espirradas/no chão aparecem/cedros desesperados/gritam por socorro/São resultados da ação/dos seres destruidores. (ALMEIDA, 2004, p.94)

Almeida ainda afirma que essa literatura incipiente “pode ser bom para ambos: índios e brancos — para estes, porque retornam a esse momento inaugural pela força do estranhamento — para aqueles, porque estão em geral iniciando o contato com a escrita e com os livros”. (ALMEIDA, 2004,p.85).

E esse contato com a escrita e com os livros, é que vai permitir aos índios (re) escrever sua história e “dominar a lógica dos brancos”, segundo os próprios índios afirmam. Está mais do que provado que a literatura é capaz de abrir horizontes. Ou seja, levando esses textos para a escola, estaremos ajudando a não somente preservar a identidade e cultura indígenas, mas, também, formar cidadãos mais “humanos”.

Muitas coisas chamam a atenção na literatura indígena e podem provocar um debate muito interessante em aula. A relação intrínseca dos índios com a natureza é algo que chama a atenção nas poesias. Estamos vivendo um período de enorme descaso do homem com a natureza: a exploração dos recursos naturais, bem como a falta de cuidado com o lixo depositado nos mares, a poluição criada pelos carros, indústrias e o desmatamento das florestas.

E essa denúncia está muito presente nos textos indígenas:

Suas observações revelam, em geral, a degradação do meio ambiente em razão de métodos de cultura impróprios e da superexploração dos recursos naturais, como, por exemplo, o impacto das madeireiras e mineradoras; os conflitos internos gerados pelo proselitismo religioso das diferentes seitas e ordens religiosas [...], a precariedade maior, após o contato com o branco, das condições de saúde e a quase impossibilidade do acesso à medicina moderna, as condições desfavoráveis de participação no mercado; a emigração para as cidades de parte da juventude, geralmente a mais dotada e melhor formada para exercer profissões. Em face desse panorama negativo do progresso e da modernidade, os escritores indígenas apontam uma alternativa política, através de um modelo de comunidade contrário ao mundo metropolitano. (ALMEIDA,2004,p.228)

Outro fato que chama a atenção ao se estudar um pouco mais sobre os índios é o de acharmos que índio é “tudo igual”, o que não poderia estar mais longe da verdade. Assim como existem países com pessoas, culturas, línguas diferentes, o mesmo ocorre com os índios. Existem várias aldeias, várias culturas e identidades separadas inclusive pela língua, e, no Brasil, elas passam de 170. Muita gente desconsidera esse fato importante.

Será que estamos abertos a conhecer a história dos índios e ensiná-la em nossas escolas? Escolas indígenas existem pelo Brasil afora, isso é importante para que os índios possam aprender a escrever e transformar em letras seus pensamentos, mas o

importante é as escolas tradicionais implantarem em seus currículos conteúdos que visem estudar mais sobre essa incipiente literatura indígena. Nos próximos capítulos, como exemplificação dessa recente produção literária indígena, abordarei nos próximos capítulos, as obras *Meu destino é ser onça*, de Alberto Mussa e *Todas as vezes que dissemos adeus*, de Kaká Werá Jecupé.

2. Meu destino é ser onça: pesquisa e invenção de um autor não indígena

Alberto Mussa é um escritor carioca que fez um trabalho minucioso de restauração dos mitos indígenas por meio dos relatos dos viajantes que por aqui estiveram na época do descobrimento. Sua proposta é fundir a tradição ocidental aos relatos mitológicos de outras culturas, como a afro-brasileira, a da cultura árabe e a do Brasil indígena. Embora saibamos que nos relatos dos viajantes predomina o “olhar do outro”, sempre com a visão etnocêntrica, a recuperação dos mitos se torna mais próxima da experiência concreta da vida indígena pelo fato de o autor restaurar os mitos cotejando os vários relatos de viajantes que por aqui estiveram em épocas e tribos diferentes. O livro, a meu ver, é dividido em quatro partes.

Na primeira parte, o autor faz um breve relato sobre os tupinambás, e as diferenças entre as diversas tribos que habitaram a costa brasileira durante o período colonial e pós-colonial. Na segunda parte, o autor relata os mitos indígenas restaurados após a sua pesquisa dos relatos de viajantes. Ele ainda informa que algumas partes dos textos foram incluídas por ele para não ficarem sem sentido, mas que tentou deixar o texto o mais fidedigno possível aos relatados pelos viajantes. Sua importância como registro histórico não tem precedentes: 1. Porque nos mostra quão rica e poética pode ser a literatura indígena. 2. Porque não há precedentes. Os românticos e modernistas criaram uma imagem deturpada dos indígenas — estes, por tentarem retratar o índio como anti-herói, e aqueles, por tratarem-no como o herói.

No início do livro, Alberto Mussa faz um pequeno parâmetro sobre a presença indígena no Brasil. O que chama a atenção é o fato de ele mencionar que a maior parte dos índios no Brasil foi exterminada devido às doenças, como gripe e varíola. Fica o questionamento que não encontrei resposta: Por que os surtos de varíola iniciaram na colonização? Acredito que foi o contato com os brancos que criaram essas epidemias, senão não seria lógico os surtos surgirem na época do descobrimento e exterminar boa parte dos índios, sendo que eles já habitavam as terras há milhares de anos. Ou seja, os brancos, a meu ver, continuam com a culpa do extermínio, apesar de sabermos que os índios também lutavam entre si e as mortes eram consideráveis.

Outro fato merecedor de comentário é com relação à porcentagem de descendentes de índios no Brasil. Alberto Mussa faz alguns cálculos aproximando os habitantes de hoje de seus antepassados, que, segundo ele, possuem ascendência indígena em sua maioria, conforme defende:

Mesmo com todas as aproximações que os especialistas saberão que fiz, não são necessárias mais contas para que se possa afirmar que, no Brasil, a probabilidade de alguém ser descendente de índios é muito alta, talvez muito próxima de 100% — já que o processo miscigenatório que deu origem ao fenômeno começou no século 16, bem antes da geração dos nossos bisavós. (MUSSA, 2009, p. 22)

Na segunda parte do livro, o autor mostra o resultado da montagem do quebra-cabeça dos relatos de viajantes que aqui estiveram na época do descobrimento. Sua investigação meticulosa dos relatos possibilitou a reprodução dos mitos tupinambá, que são de grande valia para a compreensão da cultura indígena.

Conforme defende Almeida (2004), a literatura indígena difere de outras por se tratar de uma literatura basicamente coletiva. Os mitos também são a representação de um imaginário coletivo, conforme defende Antônio José Saraiva (apud Machado, 1983): “os mitos históricos são uma forma de consciência fantasmagórica com que um povo define a sua posição e a sua vontade na história do mundo.”

Pensando nesse aspecto, pode-se imaginar a quantidade de mitos que devem existir na cultura indígena, mas que desconhecemos pelo simples fato de os índios usufruírem até hoje do texto oral, que se prende no imaginário coletivo dos índios, mas que não é transmitida a outros povos pela barreira da língua e pelo descaso com a cultura deles. O trabalho de Alberto Mussa é de extrema relevância, mas, se formos pensar na questão autoral, verifica-se que os mitos evidenciados em *Meu destino é ser onça* são relatos feitos pelo “outro”. Daí a importância de se ter uma educação indígena, para que seu povo possa começar a escrever na história esses mitos.

No início do relato mitológico, temos o capítulo denominado “um ornamento para o céu”. Nele, consta o que seria para os tupinambás o princípio de tudo. Para eles, o “Velho” possui o caráter divino, pois demonstra ser o Criador. A narrativa explica a criação dos seres na terra, bem como a criação do mar, que seria as cinzas de tudo que

foi queimado durante o castigo que “o Velho” infligiu aos habitantes da terra ao negligenciarem sua presença.

Importante nessa parte o caráter “punidor” que dão ao Velho, o mesmo que o cristianismo atribui a Deus, quando criou o dilúvio para punir os homens e salvou apenas algumas espécies animais do castigo na arca de Noé. Interessante que no relato mitológico tupinambá há menção a uma enchente que exterminou grande parte da população, o que permite uma ligeira associação:

Desse buraco, que se abriu sobre as águas profundas que ficam embaixo da terra, começou a jorrar uma imensa quantidade de água, inundando tudo. O nível da enchente foi acima das montanhas, e parecia ultrapassar as nuvens. Os gêmeos, desesperados, tentaram primeiro se refugiar nas mais altas montanhas, mas logo se deram conta de que seriam arrastados pelas águas turbulentas. (MUSSA, 2009, p. 32)

Mesma menção ocorre em *O Guarani*, quando Peri e Ceci sobrevivem a uma grande enchente catastrófica, e ambos sobrevivem para dar origem a uma nova humanidade:

A cúpula da palmeira, embalçando-se graciosamente, resvalou pela flor da água como um ninho de garças ou alguma ilha flutuante, formada pelas vegetações aquáticas. Peri estava de novo sentado junto de sua senhora quase inanimada e, tomando-a nos braços, disse-lhe com um acento de ventura suprema:
— Tu viverás!... [...]
Ela embebeu os olhos nos olhos de seu amigo, e lânguida reclinou aloura frente.
O hálito ardente de Peri bafejou-lhe a face. Fez-se no semblante da virgem um ninho de castos rubores e límpidos sorrisos: os lábios abriram como as asas purpúreas de um beijo soltando o vôo. A palmeira arrastada pela torrente impetuosa fugia...E sumiu no horizonte. (ALENCAR, 2000, p. 295-296)

Nos mitos relatados, percebe-se que os seres mitológicos são possuidores de poderes divinos, mas que possuem características humanas. Maíra, que “não era pessoa comum, porque podia subir ao céu e ser recebido amistosamente pelo Velho, foi quem começou a organizar a vida indígena” (MUSSA, 2009). Ele parece ser um dos personagens mitológicos mais importantes para os tupinambás, pois ofereceu vários ensinamentos, criou regras para o bem-viver da população indígena, “proibiu o casamento entre pai e filha, entre mãe e filho, entre tio paterno e sobrinha, entre tia materna e sobrinho, entre irmão e irmã”. (MUSSA, 2009)

Aqui fica o registro de que os índios possuem divindades, como o Velho e Maíra, que ajudam no entendimento e organização da vida indígena. O mesmo ocorre na mitologia grega com os diversos deuses. Em ambas as culturas, os deuses se revestem de poderes divinos, mas possuem desejos e virtudes como qualquer ser humano.

Parece que toda população precisa de mitos para sustentar o imaginário coletivo e com os índios não é diferente, o que já deixa claro tratar-se de seres humanos complexos, que procuram, por meio do imaginário, as respostas e ensinamentos que procuramos para entender a existência humana. No próximo capítulo, abordarei o livro *Todas as vezes que dissemos adeus*, de Kaká Werá.

3. Kaká Werá – Todas as vezes que dissemos adeus: a diferença da literatura indígena

Kaká Werá Jecupé é um indígena considerado pajé pelos índios. Na cultura indígena o pajé é um curador que trabalha com espíritos da natureza. Kaká Werá tem participado de vários estudos e pesquisas espirituais e promove seminários e encontros em vários países. Ele tenta, por meio do resgate da memória cultural, fortalecer os laços entre as três Américas.

Em *Ore Awé Roiru'a Ma* (*Todas as vezes que dissemos adeus*), ele conta a sua história e de sua família em uma narrativa não-linear. No prólogo, ele explica, de uma forma poética, que é um

“Txukarramãe que percorre o caminho do sol, de acordo com a pintura de urucum escrita nesse corpo que guarda a história milenar do nosso povo, desde os Tubaguaçus primeiros, desde os Coroados primeiros, os primeiros tupinambás – os adornados da plumagem do arco-íris em cintilantes cocares, os que desde sempre desenham o talham as douradas flechas dos raios de Tupã – pelos tempos, luas e luas. (JECUPÉ, 2002, p. 15).

Impactante também o relato que faz sobre como sobreviveu ao genocídio de sua aldeia, quando

Homens empunhados de pequenos trovões fizeram uma grande tempestade, lançando-se contra nós de todos os lados, fazendo chuva de chamas. Curumim, Cunha, Tijari, Tieti, Mitã, Menononure, Aymeri, tujá, tujá-i; corpos destes nomes ao chão, como um estio fúnebre. Quando a última oca derramou sua última lágrima de fogo e se desfez em cinza, restaram pouco mais de oito parentes, entre eles a anciã Meirê-Mekrangnotire e a filha Yakamara, que viria a ser a mãe que semearia o mundo. (JECUPÉ, 2002, p. 22)

Esse é o trecho que dá início à narrativa do índio Jecupé, “ainda que seu perfil talvez não correspondesse à imagem de ‘índio’ que nós, brasileiros não indígenas, queremos atribuir aos descendentes dos habitantes originais do país.” (SANCHES, 2006).

Já no fragmento intitulado “A entrada da Aldeia”, não tem como ficar indiferente à descrição que ele faz do local onde fica sua aldeia. Descreve o bairro que não existe mais, as trilhas que viraram ruas pavimentadas, a fauna e a flora que

desapareceram com a urbanização desenfreada na cidade de São Paulo. A sua aldeia ainda existe porque as casas e indústrias não podem chegar lá devido a uma placa onde está escrito: “Governo Federal – Fundação Nacional do Índio – Área Indígena. E é assim que os mundos se separam” (JECUPÉ, 2002), afirma ele.

A sua ida à escola faz pensar sobre a real necessidade de os índios estudarem. Para eles, aprender a escrever significa a perda da alma, e ela fica “presa num pedaço de papel, dividida, preta e branca, sem sol, em um documento chamado caderneta escolar” (JECUPÉ, 2002, p.32).

Kaká tentou por um tempo ir à escola, inclusive usando o uniforme imposto: “calção azul-marinho, meias brancas, sapatos pretos, camisa branca, uma gravatinha com risco branco que indicava ser o primeiro ano”. (JECUPÉ, 2002, p.32). Aqui já se percebe a diferença cultural existente entre a cultura indígena e a cultura “dominante”, aceita pela sociedade.

Kaká e sua família são obrigados a saírem do local onde vivem, sobre o pretexto de que aquelas terras onde viviam foram doadas por D. Pedro II. Aqui já fica claro que a relação de poder está perpetuada no “saber”, já citado anteriormente. Quem sabe mais, domina. A relação de saber que perpetua a suposta superioridade do homem branco perante o índio. Kaká ainda faz uma ironia, lembrando que “lá no Norte ainda expulsasse a bala. Aqui, com documentos do imperador.” (JECUPE, 2002, p.36). Quando Kaká Werá chega na nova aldeia, tem contato com a civilização que fica do outro lado da barragem.

A descrição que faz da civilização não deixa de ser uma menção irônica à carta de Pero Vaz de Caminha, quando do descobrimento do Brasil:

Provei do bom e provei do ruim. Conheci uma qualidade de caciques, que põem gravatas como na minha época de estudante e que, como dizia um antiqüíssimo e histórico escrivão, andam deveras desavergonhados. Eles têm requintes na fala, vivem dela. E o jaguar no coração. (sim, o jaguar que devora tudo que seja contrário ao seu único olho cego. Que grunhe ganância. (JECUPÉ, 2002, p. 37)

Difícil ficar indiferente aos relatos de Kaká acerca da poluição ambiental que os homens causam à natureza, que modifica a geografia da cidade e influi em sua tribo. O

contato com o vilarejo vizinho, fez com que seu pai conhecesse o álcool e passasse a bebê-lo diariamente, o que acabou matando-o.

Parece que o primeiro contato maduro que Kaká tem realmente com a civilização foi na sua ida a Florianópolis, onde conheceu Gike: “embora uns dourados e longos cabelos caíssem-lhe sobre os ombros e a européia tecesse-lhe a pele, tinha um tom da tribo no espírito” (JECUPÉ, 2002, p.44). Percebe-se que a visão que ele tem de Gike, como tendo um espírito da tribo, pois tinha um estilo de vida hippie, o faz se aproximar dela.

Muito importante salientar a fundação da União das Nações Indígenas, que foi a reunião das oito aldeias guaranis de São Paulo para preservar a cultura de seu povo e levar a mensagem aos povos civilizados, para que dessem ouvidos à “Ciência da Mata”.

Em uma época que tanto se fala em desmatamento, em preservação da natureza, cabe ressaltar a relação que os índios têm com a Natureza e que a civilização dita “superior” está exterminando-a com o progresso desenfreado e a ganância do homem capitalista, conforme relata Kaká Werá:

A tribo mudara muito, sem se mudar. Quando eu nasci, situava-se no meio da Mata Atlântica; um pingo, uma aldeiazinha. Agora, o que restou da Mata Atlântica ficara no meio dela. Beirava-se, ontem próximo a um vilarejo que iria se formar; hoje, na periferia ao lado sul da metrópole. A represa ainda lhe cortava, exalando algo de podre, vindo do reino lá, ao longe. (JECUPÉ, 2002, p. 55)

A visão que a civilização tem do índio é evidenciada na narrativa por Kaká, quando, participando de um coquetel na cidade de São Paulo, a anfitriã relata que imaginava que os índios existissem apenas na Amazônia. Kaká explica que existem aldeias em São Paulo e que “seus ancestrais, que não estão mais presentes aqui no chão, querem perdoar os males causados por certa ignorância da chamada mentalidade civilizada. Pretendo trazer boa parte do meu povo para esta dança”. (JECUPÉ, 2002,p.95)

Nessa parte da narrativa, Kaká fala sobre um dentista que tem um projeto chamado *Bandeira da Vida* e que cedeu espaço para que sua tribo fizesse demonstração

de sua dança. Quando vai à Câmara do Comércio de São Paulo, conhece Eduardo Elchemer, que diz ser filho de imigrantes que para sobreviver teve que aprender a língua e a cultura brasileira. A resposta de Kaká, não poderia ser mais impactante:

É. Somos estrangeiros; a diferença é que sou considerado estrangeiro em meu próprio lugar e, quando me visto das roupas ditas civilizadas, não sou considerado dentro da cultura do meu povo, mas de acordo com a roupa que visto. (JECUPÉ, 2002,p.55)

Importante a fala de Eduardo Elchemer quando diz que a dança do perdão que Kaká Werá fará com sua tribo deve ser vista como um evento e que muitas empresas usariam isso como propaganda para querer associar sua imagem a causas ecológicas. Aqui fica bem evidente a hipocrisia que reina nesse mundo da filantropia. O caráter filantrópico é o pretexto que as empresas, inclusive celebridades, utilizam para se promover e obter mais lucros. Kaká, mesmo sabendo disso, resolve prosseguir com sua idéia.

Impactante também a crítica que Kaká Werá faz da Rede de televisão Globo sobre o massacre ocorrido na tribo yanomami por garimpeiros. A manipulação das notícias na mídia fez com que a população não ficasse sabendo quantos índios morreram nem onde realmente ocorreu o massacre:

No primeiro dia falavam em mais de duzentos yanomamis mortos no extremo norte do país, na aldeia Haximu. No segundo dia noticiou-se que não havia tantos mortos assim. No terceiro dia não havia morrido ninguém. No quarto dia colocaram um inglês antropólogo para traduzir um yanomami que disse em bom português que o yanomami disse que não houve o que houve dias atrás. No quinto dia, o noticiário mudou Haximu de lugar, já não ficava no Brasil, mas na Venezuela. No sexto dia colocaram tropas norte-americanas na Venezuela que por acaso mataram alguns yanomamis. No sétimo dia, o deus global descansou. Fantástico, o show da vida. (JECUPÉ,2002,p.94)

Emblemático também a “primeira missa do Brasil”, quando, pela primeira vez, “sem distinção de raça, cor, credo, religião, assim como diz a constituição, foi rezada a primeira missa brasileira” (JECUPÉ, 2002, p.95). Jecupé relata que se reuniram na Catedral da Sé mais de três mil pessoas, de todas as religiões, entre franciscanos, evangélicos, anglicanos, católicos e umbandistas. Muito importante esse relato e não tem como ficar indiferente a esse acontecimento, pois bem sabe-se que a primeira missa rezada no Brasil foi um acontecimento criado como forma de espetáculo pelos brancos colonizadores para impressionar os índios. Jecupé ainda relata que ao final da

missa deu uma rosa branca a cada um dos representantes religiosos: católicos, anglicanos, evangélicos, etc. A primeira missa relatada por Jecupé evidencia o caráter Intercultural e, porque não dizer, multireligioso existente no Brasil, mas que muita gente prefere ignorar por puro preconceito.

O livro de Kaká Werá faz uma reflexão muito real sobre o verdadeiro papel do índio no Brasil. Os relatos que Kaká Werá nos traz evidenciam o descaso com os indígenas e a usurpação de suas culturas. A ironia apresentada na narrativa demonstra a preocupação do autor em criticar a forma como os indígenas foram e ainda são tratados no Brasil. A linguagem utilizada também é poética e metafórica. No próximo capítulo, irei fazer uma pequena análise sobre o currículo escolar e a forma como é pensando no Brasil e porque a escola prefere discriminar a cultura indígena.

4. Por uma educação intercultural

Em uma disciplina do curso de Letras chamada Teoria do Currículo, tive que fazer um trabalho de pesquisa analisando os currículos das escolas. Era necessário escolher uma escola e solicitar o currículo para fazer o trabalho. Resolvi escolher a escola onde eu me formei no ensino fundamental. É uma escola tradicional, de formação religiosa.

Eu já sabia que a escola não tinha esse trabalho de promover a inclusão dessas minorias, tanto que sai de lá com a imagem do índio selvagem. Mas o que me deixou mais intrigado, foi o fato de a escola defender essa visão no seu próprio currículo, onde diz que “é dever da escola tolerar as diferenças”. Ora, o dever da escola não é apenas tolerar as diferenças. Uma escola que apenas “tolera” as diferenças está perpetuando a intolerância, a discriminação. E seu dever é justamente o oposto.

Não basta tolerar, tem que trabalhar com o aluno o lado humano de todas as etnias, culturas, diferenças, para que ele não saia da escola perpetuando esse discurso do índio selvagem, ou do racismo, ou da homofobia. O currículo escolar vem sendo objeto de estudos desde os anos 20 nos Estados Unidos:

Em conexão com o processo de industrialização e os movimentos imigratórios, que intensificavam a massificação da escolarização, houve um impulso, por parte de pessoas ligadas sobretudo à administração da educação, para racionalizar o processo de construção, desenvolvimento e testagem dos currículos. (SILVA, 1999; p. 12)

A questão do currículo sempre foi uma incógnita para mim, pois sempre quis saber quem escolhia o que deveria ser ensinado: o professor, a escola ou o governo? Só fui obter a resposta dessa pergunta na referida disciplina. Para minha surpresa, descobri que, na maior parte das vezes, o currículo é totalmente arbitrário e perpetua-se o ensino da cultura chamada “dominante”. Durante as aulas, houve muitos debates sobre o que era ensinado nas escolas e o que deveria ser ensinado. Portanto, a questão é: O que

ensinar quando se tem como objetivo mudar a perspectiva do ensino de uma única cultura, vivida por uma minoria da sociedade?

Um exemplo do ensino antidemocrático que ocorre nos currículos de muitas escolas é o ensino de língua portuguesa. As escolas preferem estudar a gramática, com suas nomenclaturas e regras que soam como “grego” para os estudantes das classes populares. Essa realidade tende a mudar, acredito eu, tendo em vista o esforço de linguistas e educadores, mas a questão é polêmica.

Acredito que o ensino de muitas escolas está se voltando para a mercantilização, em virtude da globalização. O ensino de disciplinas humanistas, como sociologia, ética, música são realidades apenas de escolas de elite, em que os pais precisam desembolsar uma quantidade considerável de dinheiro para poder manter os seus filhos estudando nessas escolas. Nas escolas públicas, a realidade vem mudando a passos lentos.

Durante o meu estágio na escola Anne Frank³, pude perceber o esforço da direção da escola em manter um currículo que propicie um ensino mais plural e democrático. A escola tem, no seu currículo, disciplina de ética e cidadania, bem como ensino de línguas, aulas de capoeira, música, danças. Apesar da imensa dificuldade e poucos recursos enviados pelo governo, a escola, em conjunto com a comunidade, conseguiu mudar a sua realidade por meio do esforço coletivo e engajado.

Pensar em currículo significa pensar em “ideologia”. Conforme defende Tomas Tadeu da Silva: “ A ideologia é constituída por aquelas crenças que nos levam a aceitar as estruturas sociais (capitalistas) existentes como boas e desejáveis”.(SILVA,1999,p.31) E continua:

A escola atua ideologicamente através de seu currículo, seja de uma forma mais direta, através de matérias mais suscetíveis ao transporte de crenças explícitas sobre a desejabilidade das estruturas sociais existentes, como Estudos Sociais, História, Geografia, por exemplo; seja de uma forma mais indireta, através de disciplinas mais “técnicas, como Ciências em Matemática. Além disso a ideologia atua de forma discriminatória: ela inclina as pessoas das classes subordinadas à submissão e à obediência, enquanto as pessoas das classes dominantes aprendem a comandar e a controlar. (SILVA, 1999.p. 32).

³ A Escola Anne Frank fica no bairro Bom Fim, em Porto Alegre, e é um bairro de classe média. Realizei meu estágio na referida escola nos meses de outubro e novembro de 2011.

O currículo, para deixar de ser discriminatório, singular, precisa objetivar a inclusão de estudos multiculturais, incluindo as diversas formas de expressão dos sujeitos, sejam eles das classes dominantes ou dominadas. Mas é necessário um cuidado para que os próprios professores não caiam na armadilha da ideologia “forçada”. Por exemplo: um aluno de escola popular pode não ter acesso a cultura erudita, mas isso não significa que ele não poderia aprender ou se interessar por música erudita na escola.

Se o educador, ao pensar um currículo Intercultural, escolher o conteúdo pensando no que seria bom ou ruim para o aluno, em virtude de sua classe social, etnia, sexo, estaria, automaticamente, discriminando esses alunos e impedindo-os de ter acesso a algo que seria de grande valia para o seu aprendizado.

O mesmo ocorre com os alunos provenientes de classes dominantes. Eles podem se interessar por diversas formas de expressão que não fazem parte de seu convívio social, como, leitura de textos, poemas africanos e indígenas. O ensino de ritmos musicais mais populares, como *funk*, pagode, culturas populares afro-brasileiras e indígenas.

O currículo precisa ser Intercultural e isso é de extrema importância, conforme defende Guacira Lopes Louro:

O currículo fala de alguns sujeitos e ignora outros; conta histórias e saberes que, embora parciais, se pretendem universais; as ciências, as artes e as teorias trazem a voz daqueles que se auto-atribuíram a capacidade de eger as perguntas e construir as respostas que, supostamente, são de interesse de toda a sociedade. (LOURO. 2005.p. 88).

O currículo precisa ser pensando levando em consideração as dicotomias existentes na sociedade que perpetuam a discriminação, a segregação: branco x negro, branco x índio, rico x pobre, homem x mulher, heterossexual x homossexual. Acredito que a questão racial é a mais importante, pois, é ela quem determina o que deve ser ensinado nas escolas, pois, como evidencia-se em Stuart Hall,

A raça como um conceito científico não se sustenta, porque ela é um conceito discursivo, e todo o discurso é ideológico. E a ideologia tende, por natureza, a obscurecer a origem do discurso que, na maioria das vezes, nasce

engendrado no seio de uma estrutura opressora e exploratória e, neste caso, produzindo o racismo. (HALL,2003,p.94)

E conforme defende Tomas Tadeu da Silva:

Tratar o racismo como questão institucional e estrutural não significa, entretanto, ignorar sua profunda dinâmica psíquica. A atitude racista é o resultado de uma complexa dinâmica da subjetividade que inclui contradições, medos, ansiedades, resistências, cisões. O racismo é parte de uma economia do afeto e do desejo feita, em grande parte, de sentimentos considerados “irracionais”. (SILVA,1999,p.74)

Toda essa argumentação justifica uma mudança em nossa educação. Se está havendo a preocupação dos índios com a educação, nada mais justo que as escolas passem a propiciar esse conhecimento aos alunos, por meio de estudos de cultura indígena em sala de aula, por meio de textos de autoria dos próprios indígenas. Material para isso não falta, o que falta é o interesse dos governantes e educadores.

O indígena só passará a ser respeitado no Brasil quando passar a ter voz, mas essa voz, por mais estranho que pareça, só é ouvida quando é lida. A Literatura tem esse poder, de humanizar. Se o intuito é humanizar, diminuir as diferenças e os preconceitos, então precisamos apoiar e incentivar o ensino ou qualquer projeto que tenha como objetivo dar voz a esse povo que tanto foi injustiçado e marginalizado em sua própria terra.

CONCLUSÃO

Embora não seja fácil mudar a realidade, podemos começar a fazer a diferença. A Educação no Brasil precisa de uma reformulação no seu currículo para que os estudantes possam ter contato com a verdadeira história da colonização brasileira. O ensino de literatura no Brasil privilegia o estudo de autores do cânone e parece não haver espaço para outras manifestações. Quem pode mudar essa realidade são os educadores. Vivemos uma época de valorização da natureza, mas nunca o desmatamento da Amazônia esteve tão acentuado. Também estamos em busca de valores espirituais, mas ao mesmo tempo o capitalismo transformou as pessoas em consumistas, dando valor ao material. O capitalismo e a globalização parecem acentuar cada vez mais esses paradoxos.

A literatura indígena resgata esses valores tão perdidos pelo homem branco: o contato com a natureza, com o espiritual. A grande diferença da vida indígena para a vida dos brancos é a de que eles não apenas falam sobre a preservação da natureza e o cuidado espiritual, eles vivem isso no dia a dia. Os textos abordados neste trabalho comprovam que estamos diante de uma literatura que, além de nos trazer todo o resgate de nossa história, dos nossos antepassados, nos possibilita pensar sobre a possibilidade de mudarmos o destino: o “nosso”⁴ e dos indígenas. O nosso, porque podemos ir em busca de valores há tempo perdidos ou deturpados pelos constantes abusos conosco para tentar atender a essa busca desenfreada por status e dinheiro. O deles, porque estarão mudando seus próprios destinos ao contar suas próprias histórias.

⁴ Escrevo “nosso” entre parênteses porque diferenciar “nós” dos índios já parece, a meu ver, um paradoxo, pois sabemos que somos um mesmo povo, habitamos as mesmas terras. Apenas possuímos culturas e identidades diferentes, assim como os gaúchos são diferenciados dos nordestinos, dos paulistas. É assim que deveríamos pensar.

Acho importante salientar que não defendo a ideia de que a vida indígena é a melhor ou a ideal, apenas acredito que os indígenas têm muito a nos ensinar, e nós muito a ensinar a eles.

A literatura indígena é o resgate de nossa história e uma “ponte” para criarmos um verdadeiro vínculo com nossos amigos indígenas e ela só terá sucesso se nossas escolas levarem esses textos ao conhecimento dos alunos.

Os cursos de licenciatura das universidades devem incluir o estudo da literatura indígena. Se o movimento não começar na Universidade, que é onde se produz o conhecimento, ela será ferramenta de estudo apenas para alguns historiadores, mas uma certeza fica, a de que os índios estão escrevendo, literalmente, suas histórias.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. **O Guarani**. São Paulo: Ateliê. 2000
- ALMEIDA, Maria Inês de & Queiroz, Sônia. Na **captura da voz: as edições da narrativa oral no Brasil**. Belo Horizonte. Autêntica. FALE/UFMG, 2004.
- ALMEIDA, Maria Inês. **Desocidentada**. Experiência literária em terra indígena. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2009.
- BUESCU, Maria Leonor. **O exotismo e a estética do diverso na Literatura Portuguesa in: Literatura de viagem: narrativa, história, mito**. Lisboa: Cosmos.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- JECUPÉ, Kaká Werá. *Ore Awé Roiru'a Ma. Todas as vezes que dissemos adeus*. 2ª ed. São Paulo: Trion, 2002
- LOURO, Guacira Lopes. **O currículo nos limares do contemporâneo**. Rio de Janeiro, DP & A Editora, 2005.
- MUSSA, Alberto. **Meu destino é ser onça**. Rio de Janeiro: Record, 2009
- SÁ, Lúcia. Anticolonialismo na pós-colônia: Kaká Werá Jecupé ou a literatura indígena da megalópolis. In: SANCHES, Manuela Ribeiro. “Portugal não é um país pequeno”: contar o ‘império’ na pós-colonialidade. Lisboa: Cotovia, 2006.
- SANCHES, Manuela Ribeiro. *Portugal não é um país pequeno*. Lisboa, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2 ed. São Paulo, 2008.
- SILVA, Aracy Lopes & Grupioni, Luís Donizete Benzi. **A temática indígena da escola**. Global Editora, São Paulo, 1998.
- SILVA, Tomas Tadeu. *Documentos de Identidade. Uma introdução às teorias do Currículo*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TETTAMANZY, Ana Lúcia Liberato. De Hans Staden a Machado de Assis: o outro sob o signo da devoração. In: ____ (org.). **Tantas Histórias, tantas perguntas nas Literaturas de expressão portuguesa**. Porto Alegre. Editora Evangraf, 2007.

VERARDI, Cristian. **Intervenções antropofágicas em três contos de Umberto Campos**. Trabalho de Conclusão em Letras/UFRGS, 2009.